

Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar

Valter Bracht

Felipe Quintão de Almeida

131

Resumo

Reflexão sobre programas e ações que influenciam a Educação Física Escolar, particularmente os programas governamentais Esporte na Escola e Segundo Tempo, bem como os dois grandes eventos esportivos previstos para o Brasil em 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e 2016 (Jogos Olímpicos), que contam com o “patrocínio” do Estado brasileiro. Critica a intervenção indevida do Ministério do Esporte na instituição escolar e indica dissonâncias entre este e o Ministério da Educação no gerenciamento desses programas. Apresenta ainda o risco renovado de que os megaeventos esportivos citados acabem instrumentalizando a Educação Física Escolar a partir de sentidos que não são próprios da instituição educacional.

Palavras-chave: Educação Física; escola; esporte; megaeventos.

Abstract

Sports, school and the tension of mega sporting events for the Physical Education

This study makes a reflection on programs and actions that influence Physical Education, particularly the governmental programs “Esporte na Escola” and “Segundo Tempo”, as well as the two major sport events to take place in Brazil in 2014 (World

Cup) and in 2016 (Olympic Games), which are sponsored by the Brazilian State. This study criticizes the inappropriate intervention of the Ministry of Sport in schools, and it indicates a dissonance between the Ministry of Sports and the Ministry of Education regarding the management of these programs. The article also presents the renewed risk that the above mentioned sports mega-events end up instrumentalizing Physical Education based on meanings that are not specific to the educational institution.

Keywords: Physical Education; school; sport; mega-events.

Introdução

Há quase dez anos publicamos um artigo (Bracht, Almeida, 2003) cujo conteúdo muito tem a ver com a proposta dos organizadores deste número da revista *Em Aberto*. Naquela ocasião, o texto foi motivado, basicamente, pelo fato de a Educação Física Escolar ter sido responsabilizada pelo fracasso brasileiro nas Olimpíadas de Sydney, na Austrália, em 2000. Conforme argumentamos, dois desdobramentos importantes dessa avaliação foram, por um lado, a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, mais precisamente do seu art. 26, por meio da promulgação da Lei nº 10.328, de 12 de dezembro de 2001, que inclui a palavra “obrigatório” à frente da expressão “curricular”; por outro lado, o governo criou, no dia 21 de junho de 2001, o Programa Esporte na Escola, cujo objetivo era “[...] devolver a Educação Física às escolas brasileiras e beneficiar 36 milhões de crianças em todo o País” (Esporte..., 2002, p. 1), mediante a revalorização das práticas esportivas no interior da escola, constituindo-se numa contribuição singular para o futuro do esporte no Brasil. No entender dos defensores do programa, o desempenho do Brasil na Austrália “[...] foi a gota d’água para se repensar o esporte nacional de uma outra perspectiva, voltada para o futuro e não mais para o imediatismo. Concluiu-se que é preciso começar pela base, ou seja, pela escola” (Bracht, Almeida, 2003, p. 93).

Neste artigo, após 11 anos da criação do Programa Esporte na Escola, vamos refletir sobre o que se passou nesta última década em termos de políticas públicas voltadas ao esporte, especialmente no que diz respeito à sua presença na escola. Nesse sentido, não há escolha mais apropriada do que analisar o programa que substituiu o Esporte na Escola (e que hoje mais bem expressa a relação entre os Ministérios do Esporte e da Educação quanto à política pública do esporte educacional): o Segundo Tempo, criado em 2003 pelo Ministério do Esporte do governo Lula. Pretendemos, assim, cotejar alguns aspectos de ambos os programas, identificando rupturas e continuidades; após isso, problematizamos algumas possíveis implicações que a década esportiva e seus megaeventos podem reservar à Educação Física Escolar.

Entre o Esporte na Escola e o Segundo Tempo: as políticas públicas de esporte e a Educação Física Escolar

Conforme se depreende da “letra” do Programa Esporte na Escola, sua proposta era entendida como uma das principais iniciativas da história do esporte no País e uma de suas funções era a descoberta do talento esportivo. Esse objetivo, quando comparado com o que identificamos no sítio do Ministério do Esporte e nos documentos, diretrizes ou fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo, não é declaradamente assumido por esse programa dedicado ao esporte educacional. Bem ao contrário, quando estudamos essas fontes, o que se tem é uma crítica a essa perspectiva que orientou o desenvolvimento da Educação Física Escolar especialmente a partir dos anos 1970 (o famoso modelo da pirâmide esportiva). Apesar disso, o projeto não apresenta uma proposta diferente daquilo que, historicamente, tem pautado as ações do Estado no setor esportivo (Bracht, 2003). No caso do Segundo Tempo, a ênfase recai na democratização do

[...] acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. (Filgueira, Perim, Oliveira, 2009, p. 8).

O Programa Segundo Tempo, ao pretender democratizar a prática esportiva por meio da escola, inflaciona aquilo que, em princípio, também estava anunciado nos objetivos do seu antecessor, ao atrelar o esporte ao binômio educação-saúde e, ainda, à possibilidade de atuar como coadjuvante na formação da personalidade da criança e do adolescente, sobretudo daqueles em situações de risco social. A divulgação pelo Estado do jargão “o esporte educa” (ou “esporte é saúde”) tinha (e ainda tem) o objetivo de insinuar e disseminar a visão de que o esporte tem tudo a ver com a educação e que, por “natureza”, haveria uma afinidade entre ambos. A afirmação de que “o esporte educa” tem, normalmente, seu fundamento na ideia de que, por meio do esporte, as crianças e os jovens incorporam valores importantes para a vida social, para o pleno desenvolvimento da cidadania: espírito de grupo, espírito competitivo, respeito às regras (leis), entusiasmo pelo esforço, assimilação adequada das derrotas, atitude humilde na vitória etc. – essas são razões mais do que suficientes para fomentar a ampliação do seu acesso via escola.

Mais recentemente, todavia, um novo argumento ganha força: a atividade esportiva pode evitar que os jovens se envolvam em práticas sociais reprovadas pela sociedade, como o uso de drogas e a delinquência. Nessa compreensão, reproduzida pelo Segundo Tempo, o esporte aparece como um direito social a partir de uma perspectiva liberal-funcionalista, na medida em que o acesso a ele deve ser ampliado, pois sua prática funciona como elemento de compensação dos efeitos colaterais da globalização econômica. Conforme pode ser lido nas diretrizes do programa, seu objetivo é “democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social” (Brasil. Ministério do Esporte, 2011, p. 10). Nessa

perspectiva, não é visto como um patrimônio da cultura, mas se justifica em função dos benefícios “instrumentais” que sua prática possibilita aos que com ele se envolvem (reabilita pessoas em condições de risco, promove a saúde da população, possibilita a alguns ascender economicamente etc.).

Essa visão otimista, bastante positiva e compensatória, assumida pelo Programa Segundo Tempo, foi e precisa ser questionada ou, pelo menos, relativizada em muitos de seus aspectos. Quanto ao poder de o esporte evitar o envolvimento ou mesmo promover o afastamento dos jovens das drogas, faltam avaliações bem conduzidas dos programas que a tanto se propõem. Se há alguns exemplos pontuais, divulgados na mídia, de sucesso nesse sentido, há também registros de envolvimento com “drogas” (por exemplo, o *doping*, que hoje está longe de ser uma exceção no esporte de alto rendimento) no próprio esporte: em recente entrevista ao programa televisivo *Fantástico*, Ronaldo “Fenômeno” confessou o uso de cigarro e de bebida alcoólica ao longo da carreira de atleta (Medida..., 2012); não podemos nos esquecer, também, do jogador Adriano – o “Imperador” – e seu comportamento “desviante” (Júnior, 2012).

Do mesmo modo, aos exemplos de sucesso profissional no esporte de jovens oriundos de grupos sociais desfavorecidos, também muito presentes na mídia, pode ser contraposto o fato de milhares de jovens ficarem retidos nas famosas “peneiras” promovidas por clubes de futebol e dos quais não se tem mais notícia. Além disso, em relação aos valores que são incorporados pelas crianças e jovens a partir do “esporte educacional”, pode-se perguntar: Prepondera o desenvolvimento do espírito de cooperação ou de competição? O sentido de grupo e o coletivismo ou o individualismo? A modéstia ante um adversário melhor ou a busca da vitória a qualquer preço? As respostas não são fáceis ou simples, exigindo trabalho empírico que permita avaliações mais produtivas a respeito de algumas “verdades” contidas nos argumentos em favor da democratização do acesso ao esporte via escola.

Além de o Segundo Tempo defender que o esporte de rendimento não deve ser referência para a prática do esporte educacional, propõe-se a ir “além do gesto costumeiro de jogar” (Darido, Oliveira, 2009, p. 230). O desafio a ser enfrentado é o seguinte: “Como se deve ensinar futebol, basquete, vôlei, handebol, tênis de mesa, atletismo, ginástica, xadrez e outras práticas corporais tendo em vista garantir a formação do cidadão crítico e emancipado?” (Darido, Oliveira, 2009, p. 214-215). Essas passagens nos mostram que o Programa Segundo Tempo incorporou (ao contrário do seu antecessor), ao menos nos seus fundamentos ou diretrizes pedagógicas, um debate pedagógico¹ que buscou redefinir e reorientar a relação da Educação Física Escolar com o sistema esportivo ou com o esporte. Apesar disso, e à semelhança do seu antecessor, o Segundo Tempo possui um “vício de origem”, que o coloca em dificuldades quando consideramos o debate pedagógico que alimenta a renovação discursiva dos projetos de esporte educacional, ou seja, os programas

¹ A partir desse debate, constituiu-se aquilo que hoje é conhecido como o Movimento Renovador da Educação Física Brasileira – a esse respeito, consultar Caparroz (2007). Um momento desse debate aconteceu na revista *Movimento*, na sua sessão de Temas Polêmicos, que, posteriormente, sofreu uma atualização e nova publicação, organizada por Stigger e Lovisolo (2009).

de esporte educacional precisariam ser pensados a partir do mandato social da escola, portanto, em princípio, sob a responsabilidade dos gestores educacionais.

Uma vez que defendemos a possibilidade do esporte da escola (Bracht, Almeida, 2003), então a responsabilidade da política esportiva escolar precisa se concentrar nas autoridades educacionais. Assim, o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e municipais (e as próprias escolas) precisam ser competentes para orientar o esporte escolar. O que vem acontecendo em nosso País, pelo menos a partir da década de 1970, com a incorporação do esporte escolar ao sistema esportivo nacional, é que, em muitos casos, aquele é orientado pelos órgãos responsáveis pelo esporte que possuem vinculações com o sistema esportivo *stricto sensu*. Ao advogarmos essa posição, não somos contrários a parcerias com outros sistemas ou instituições, no entanto, tal interação deve ocorrer a partir da especificidade da instituição educacional. Com o Programa Segundo Tempo parece acontecer exatamente o oposto: é o Ministério do Esporte que continua a nortear as ações e pede “auxílio” ao Ministério da Educação (e aos intelectuais das universidades) para penetrar no espaço escolar (Bracht, Almeida, 2003).

Tendo em vista que o objeto desse programa é o esporte educacional e seu público-alvo se encontra em idade escolar, torna-se fundamental que haja uma profunda reflexão sobre a relação entre o Segundo Tempo e o sistema educacional (Sousa *et al.*, 2010). Mas como deve se dar essa relação? A Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE),² do Ministério do Esporte, parte do pressuposto de que o caminho para a democratização do esporte passa pela articulação entre sistema educacional e sistema esportivo (Brasil. Ministério do Esporte, [2009]). Com isso, espera, além de incentivar a prática, oferecendo atividades esportivas educacionais para crianças e adolescentes, dar “[...] um passo significativo para implantar uma política esportiva nas escolas brasileiras”. Perguntamos: Deveria ser objetivo dessa parceria implantar uma “[...] política esportiva nas escolas brasileiras”? É tarefa da escola a democratização do acesso ao esporte, como política pública do Ministério do Esporte? Como conciliar a prática do esporte nas aulas de Educação Física Escolar com sua vivência no Segundo Tempo? Como elas dialogam? Como estão articuladas no projeto político-pedagógico da escola? Não seria função da instituição de ensino, por meio da Educação Física Escolar, oferecer um tratamento diferenciado (pedagogicamente orientado) em seus espaços?

As políticas públicas, ao tratarem do esporte educacional, deveriam considerar que em termos sociológicos estamos nos referindo a instituições com universos simbólicos muito distintos. Portanto, há necessidade de distinguir claramente estes dois fenômenos ou sistemas: o esportivo, por um lado, e o educacional, no qual se insere a Educação Física Escolar, por outro. O esporte é um subsistema social que se desenvolveu de forma relativamente autônoma quanto ao sistema educacional e, nesse sentido, em relação à própria Educação Física Escolar. Isso implica a noção de que é a partir da função social atribuída ao sistema educacional que essa disciplina vai “absorver/incorporar” o esporte como mais uma manifestação da cultura corporal

² A partir da junção com a Secretaria Nacional de Esporte e Lazer, a SNEE transformou-se, em 2011, na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (Snelis).

de movimento a ser tematizada na escola. Ao “absorver/incorporar” o esporte, a Educação Física Escolar precisaria “pedagogizar” essa prática social, ou seja, submetê-la aos códigos da instituição escolar. Trata-se, assim, de identificar os que orientam as ações internas desses sistemas e reconhecer afinidades e compatibilidades, mas também possíveis contradições ou incompatibilidades. Nas teorias sociológicas, é comum a noção de que as instituições, os campos ou os sistemas sociais autônomos operam com códigos, sentidos que orientam as ações internas desses sistemas e que lhes são próprios, portanto, caracterizam cada um deles. Esses códigos atuam como filtros e orientadores da comunicação desses sistemas com outros do seu entorno.

Antes de desenvolver essa abordagem, é preciso fazer algumas observações sobre o campo ou o sistema esportivo e sua diferenciação interna. É senso comum o entendimento de que o esporte não é único, o que, na legislação esportiva brasileira, é reconhecido a partir da identificação da existência de três diferentes manifestações: o esporte de alto rendimento, o participativo e o educacional. Efetivamente, embora a dimensão mais visível seja aquela relacionada com as grandes competições (campeonatos nacionais, jogos olímpicos e campeonatos mundiais), o esporte é praticado a partir de diferentes motivações – e a essa prática são atribuídos, pelos praticantes, diferentes significados ou sentidos. Apesar dessa diversidade de práticas e sentidos, ao vincular-se a Educação Física Escolar ao sistema esportivo, a referência tende a ser não o esporte realizado como atividade promotora de saúde ou da sociabilidade ou, mesmo, como ocupação saudável do tempo livre, e sim aquele que é mais visível socialmente: o esporte de alto rendimento (modelo para as olimpíadas escolares).

Se considerarmos, então, o esporte de alto rendimento, poderemos identificar como seu código central o binômio vitória-derrota. Ligado a esse código, ou decorrente dele, temos algumas características principais: comparação de *performances* por meio de competições, busca do *record*, definição clara entre vitoriosos e perdedores, especialização nas provas e esportes. Isso significa que esse tipo de prática exige, hoje, dedicação exclusiva para alcançar desempenhos relevantes; em vários casos, um início de preparação em idades muito precoces, com tecnologia específica para se obter grandes *performances*, equipamentos de alta tecnologia e especializados, elevada seletividade (apenas alguns possuem o “talento” necessário e estão dispostos aos sacrifícios inerentes à busca de ótimos desempenhos), entre outros. O esporte de alto rendimento é, em suma, atividade de poucas e seletas pessoas, ou seja, de uma “elite”.

Ora, a escola moderna tem a função de dar acesso à cultura humana a toda a população (princípio democrático da equidade), portanto, possui um mandato inclusivo (sem discriminação de sexo, raça, condição social etc.). Como compatibilizar, então, uma prática que tem como regra exatamente a seletividade, a alta especialização, com o projeto de uma escola que deve democratizar o acesso à cultura (inclusive esportiva)? É comum que alunos que tenham dificuldades de aprendizagem, por exemplo, em Matemática, Português ou Ciências, sejam encaminhados para atividades de reforço escolar, ou seja, àqueles com dificuldades de acessar o

conhecimento é conferida uma atenção especial. No caso do modelo esportivo, os alunos que recebem incentivo extra são exatamente os que possuem facilidade de aprendizagem nas aulas de Educação Física Escolar e se destacam. Outro problema que parece indicar uma incompatibilidade deriva do fato de que alcançar boas *performances* depende de treinamento intensivo e dedicação a uma determinada prática; a adoção do esporte de alto rendimento como modelo (não sua realização na escola, mas como modelo) leva, muitas vezes, a que se reduza o repertório do aluno a uma ou duas modalidades esportivas, bem como desenvolve o que se chama de “monocultura esportiva” nas aulas de Educação Física Escolar. Não faltam exemplos de professores de Educação Física que, a partir da influência das competições esportivas escolares (que oferecem como prêmio um grande reconhecimento social para o professor), reduzem o conteúdo das aulas dessa disciplina ao esporte e, mais, ao seu esporte preferido ou àquele com o qual tem mais chances de se destacar nas competições escolares. Essa monocultura, conforme demonstram Sousa *et al.* (2010), também é identificada nas atividades desenvolvidas no Segundo Tempo: futebol (35,4%) e futsal (22,3%) foram as que apareceram com mais frequência, seguidas de voleibol (17,0%) e o handebol (9,2%). Esse quadro, podemos complementar, coloca em questão a qualidade da redemocratização pretendida, pois, em termos de variedade, ela parece se reduzir às modalidades mais tradicionais e praticadas.

Nosso argumento é que há claramente zonas de conflito entre o código e princípios do modelo dominante de esporte e os códigos e princípios da instituição escolar. Assim, é preciso que nos projetos pedagógicos se preveja como o esporte vai ser integrado aos objetivos e funções da escola. Nesse sentido, a indicação é desenvolver um esporte cujos princípios, além de compatíveis com o mandato da instituição escolar, se relacionem com o sistema esportivo a partir da própria lógica da escola – negar-se a simplesmente submeter-se à lógica do sistema esportivo. Isso não significa evitar o esporte na escola, ao contrário, significa tematizá-lo nas suas múltiplas manifestações e no sentido de promover uma ampla “alfabetização esportiva”. Pode ocorrer, nesse processo, que apareçam alunos com potencial e intenção/desejo de dedicar-se ao esporte de alto rendimento (e que podem/devem ser encaminhados para instituições específicas para que possam melhor desenvolver esse potencial). O papel da Educação Física Escolar, até esse momento, foi (ou deveria ser) triplo: a) proporcionou a possibilidade das aprendizagens esportivas que estimularam o aluno a praticar e desenvolver essas habilidades; b) auxiliou o aluno a compreender o fenômeno esportivo, inclusive para que ele tenha mais elementos para tomar a decisão de buscar a carreira esportiva; c) ofereceu oportunidades e aprendizagens que levam a outras possibilidades de vivenciar o esporte.

Poder simbólico dos megaeventos esportivos e Educação Física escolar... ou como não ser excessivamente governado

É preciso reconhecer a força normativa dos megaeventos esportivos a partir de seu poder simbólico (e também econômico), o qual está relacionado com uma

série de características do esporte de alto rendimento que lhe conferem inegavelmente um grande apelo popular e uma adesão apaixonada. Muito já se escreveu e discutiu sobre as razões dessa capacidade de adesão e mobilização, contudo, o que importa aqui é destacar que esse potencial impacta a Educação Física Escolar, identificada como um componente curricular responsável por esse elemento da cultura. Assim, não só os dirigentes do próprio sistema esportivo, mas também políticos de uma maneira geral, administradores públicos (da área da educação ou não), pais e alunos acabam por associar a Educação Física Escolar ao fenômeno esportivo a partir da visão hegemônica de esporte na nossa cultura.

Um bom exemplo dessa dependência pode ser observado em uma situação que aconteceu no momento em que escrevíamos este texto: o Ministério do Esporte anunciou que o ex-treinador da seleção brasileira, Luis Felipe Scolari, prestará serviço de consultoria informal e voluntária para o Programa Segundo Tempo. O objetivo é que o treinador faça palestras às crianças atendidas pela iniciativa, contando sua experiência no esporte e promovendo a Copa do Mundo. Scolari demonstrou satisfação pelo convite, afirmando: “[...] já fui professor de Educação Física e as crianças me ensinaram muito, e essa é mais uma oportunidade de estar envolvido com elas” (Brasil. Ministério do Esporte, 2012b). A Educação Física Escolar pode facilmente sucumbir a esse poder, como já aconteceu historicamente. Muitos veem nisso a possibilidade de essa disciplina finalmente receber a atenção que mereceria do poder público e mesmo obter o tão almejado reconhecimento social, fundamental para a autoestima e o autorrespeito dos professores.

Tudo indica que a Educação Física Escolar será alvo de iniciativas diretas e indiretas para que “apoie” uma nova versão do projeto de um Brasil potência esportiva. É fundamental destacar, por um lado, que a realização de megaeventos num país pode não impulsionar a prática esportiva por parte da população – uma das razões para isso está ligada ao fato de que as instalações esportivas, construídas para esses eventos, não se prestam ao uso da população em geral. Isso é o que conclui Georges Darido (2010 *apud* Braga, Santos, 2011), ao afirmar que a subutilização da infraestrutura (sobretudo a esportiva) no período pós-evento parece comum a diferentes cidades. Por outro lado, o sentido de potência esportiva não é o de ampliar para toda a população o acesso à prática esportiva, e sim ampliar o número de medalhas olímpicas e o de conquistas em campeonatos e torneios mundiais nas diferentes modalidades esportivas. Isso está muito claro no recente Plano Brasil Medalhas, que aportará um bilhão de reais a mais de investimentos públicos federais no próximo ciclo olímpico, de 2013 a 2016. Dirigindo-se aos atletas presentes na cerimônia, no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff disse:

Esse plano vai aprimorar o que consideramos essencial – o apoio diretamente ao atleta – por meio do Bolsa-Pódio e do Bolsa-Técnico, entre outras coisas. Também, dando suporte de infraestrutura, tecnologia, através de centros de treinamento. [...] É fundamental que nosso País tenha centros de treinamento de alta qualidade. Vamos ofertar 22 centros de treinamento para que os atletas tenham suporte para treinar e levar à frente essa ambição que cada atleta tem dentro de si. É também a ambição de 194 milhões de brasileiros, expressas em vocês [atletas]. (Brasil. Ministério do Esporte, 2012a).

O Brasil Medalhas priorizará os investimentos nas modalidades com mais chances de obter êxito, foram escolhidas 21 olímpicas e 15 paralímpicas. A estratégia é conseguir, paralelamente, crescimento intensivo e extensivo no desempenho esportivo, o que significa conquistar mais medalhas nas modalidades já vitoriosas e chegar ao pódio nas que ainda não conseguiram (Brasil. Ministério do Esporte, 2012a).

A Educação Física Escolar, é claro, não pode ignorar o fato da realização dos megaeventos e a grande mobilização popular que eles promovem, no entanto, seu engajamento no processo não pode ser de simples adesão entusiasmada e eufórica – é preciso pensar a partir da lógica dos megaeventos, assumindo a tarefa de preparar nossos alunos para eles. Predispor os discentes para esses megaeventos significa ampliar os seus conhecimentos sobre o fenômeno esportivo, e isso envolve tanto o aprendizado dos esportes no sentido de sua prática, suas regras, suas características e lógicas internas, como a compreensão do significado cultural, político e econômico do esporte de uma maneira geral e dos megaeventos em particular. Por exemplo, uma boa pergunta para ser tema de debate entre os alunos seria: É bom para o Brasil e sua população que o governo invista vultosos recursos públicos visando à conquista de medalhas olímpicas? Por que é bom para a população? O que seria mais relevante ou prioritário: ganhar medalhas olímpicas ou aumentar o número de praticantes de esporte (motivados por razões de saúde, divertimento, prazer etc.)?

Desde, pelo menos, as décadas de 1970 e 1980, quando o esporte passa a ser sistematicamente alvo de políticas públicas no Brasil, a resposta a essas perguntas é que não há incompatibilidade ou contradição entre o fomento do esporte de alto rendimento e o chamado esporte para todos (no caso da nomenclatura atual o “esporte participativo” e o “educacional”). No entanto, os megaeventos acabam por monopolizar a atenção do Estado, em grande parte pela sua importância em termos econômicos. Embora a dimensão simbólica não deva ser subestimada (prestígio nacional e autoestima da população e da Nação), é evidente que ela, no que diz respeito às motivações da intervenção do Estado, perde em importância ante a dimensão econômica. É preciso ter claro, contudo, que a literatura sobre impactos econômicos de megaeventos aponta contrastes entre o que é esperado e o realizado, indicando que se pode superestimar impactos que não se verificam ou que os custos podem superar as receitas (Braga, Santos, 2011).

Mais do que representar as genuínas capacidades da nação, os megaeventos esportivos seguem fortemente orientados pelos interesses do mercado esportivo, seus lucros, monopólios e capacidade de pressão. É nesse sentido, aliás, que tal sistema reivindica apoio estatal. Instalou-se, no Brasil, uma parceria entre o poder público e a organização esportiva, que opera como um grande *lobby* econômico internacional, um verdadeiro governo internacional do esporte, que usa e (abusa) do poder (e do dinheiro) público. No caso brasileiro, isso está muito visível com as enormes quantias que o governo tem investido na realização dos megaeventos. Por exemplo, durante o ciclo olímpico de 2012, a preparação dos 258 atletas inscritos em 27 modalidades custou R\$ 2,1 bilhões – esses números levam em conta os

investimentos governamentais, incluindo a Lei de Incentivo ao Esporte, verbas do Ministério do Esporte, patrocínio de sete empresas estatais e a Lei Agnelo Piva. O número é maior do que o investido no esporte olímpico nacional entre 2005 e 2008 (R\$ 1,2 bilhão),

[...] levando em conta também apenas investimento governamental. Com isso, cada um dos três ouros, cinco pratas e nove bronzes que os atletas verde-amarelos faturaram nas últimas três semanas na Inglaterra teriam sido resultado de R\$ 123,5 milhões em investimento cada um. Para Pequim, foram R\$ 80 milhões por pódio, o que configura, em relação a Londres, um aumento de 54,3%. (Dehò, 2012, 14h24).

Considerando esse cenário, a área precisa assumir o compromisso político de impedir que a Educação Física Escolar se submeta aos princípios do sistema esportivo com a realização dos megaeventos. Nosso desafio repousa na seguinte pergunta: Como lidar com um fenômeno tão poderoso, o esporte (e os seus megaeventos), sem a ele sucumbir? Dito de outro modo, como a Educação Física Escolar pode se relacionar com o esporte (e os seus megaeventos) sem se submeter aos seus imperativos? Ao pensarmos em uma resposta a essa questão, lembramo-nos de um texto do filósofo francês Michel Foucault, traduzido para o português com o título *O que é a crítica*, em que comenta aquilo que, para ele, parece ser uma primeira definição geral desse conceito: a arte de não ser excessivamente governado ou, se preferirem, a arte de não ser governado desse modo e a esse preço. Não querer ser governado, para dizer de outro modo, implica não aceitar como verdade o que uma autoridade sustenta ser verdadeiro, mas só se forem consideradas como boas as razões para aceitá-lo, em plena autonomia. Nessas condições, a crítica corresponde à arte da desobediência voluntária, da indocilidade raciocinada, por isso, sua função fundamental seria o dessubjugamento (dessujeitamento) no jogo que se poderia denominar a política da verdade (Foucault, 1999).

Impedir que a Educação Física Escolar seja governada *desse modo* é, em nome *desses* princípios, em vista de *tais* objetivos e por meio de *tais* procedimentos, uma atitude (crítica) inspiradora para se pensar o tipo de relação que ela deveria estabelecer com o que é, desde algum tempo, a principal forma de organização de nossa cultura corporal de movimento: o esporte. A luta contra os possíveis abusos de poder do sistema esportivo, na atualidade, passa pelo compromisso de manter, na agenda da área, a necessidade de se construir uma “forma escolar” para o esporte no Brasil. A alardeada década esportiva em nosso País, que se iniciou com o Pan-Americano do Rio de Janeiro em 2007 e terá seu clímax com a realização da Copa do Mundo de Futebol e com os Jogos Olímpicos, recoloca esse debate no centro das atenções. Não se pode descartar que a década esportiva em curso resulte, mais uma vez, na transformação da Educação Física Escolar em treino desportivo, reeditando, assim, a malfadada “forma escolar” do esporte que transformou, nos anos 1970, a Educação Física em base da pirâmide esportiva.

Considerando essa possibilidade, o compromisso (político) da área é continuar advogando que a referência para a prática do esporte, na escola, não deve ser o sistema esportivo formal ou o esporte espetáculo, mas a própria escola. Se buscarmos, com uma “forma escolar” do esporte, que os indivíduos se apropriem de um elemento

da cultura a ser vivenciado pelo resto da vida, a referência para sua prática não deve ser o esporte baseado em valores ou numa pedagogia que premia a dor, a disciplina corporal e o nacionalismo (Vaz, 2012), mas sim o praticado a partir de códigos, como a saúde, a sociabilidade, o prazer e o divertimento (o esporte como atividade de lazer). Ao tratá-lo na escola, devemos produzir outras possibilidades de se apropriar dele – é o processo de escolarização do esporte – e, com isso, influenciar a sociedade para conhecer outras formas de se apossar e usufruir dele. Buscar uma tensão entre o espaço social da escola e o espaço social mais amplo é uma responsabilidade que ajuda a evitar que a Educação Física Escolar seja excessivamente governada,³ para retomar a ideia foucaultiana, pelo esporte praticado fora dela ou mesmo pelo praticado em seus espaços, mas descolado dos objetivos da própria instituição educacional.

Portanto, a necessidade de manter, na agenda da área, a discussão sobre a construção de uma “forma escolar” para o esporte é o compromisso (político) que não pode ser deixado de lado pelo campo, especialmente agora, em tempos de Copa do Mundo de Futebol e de Jogos Olímpicos. Sem esse compromisso, continuamos a correr o risco de uma pseudovalorização da Educação Física Escolar como disciplina curricular, conforme anunciado no nosso texto de 2003.

Referências bibliográficas

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BOURDIEU, P. *Entwurf eine theorie der praxis*. Frankfurt: Suhrkamp, 1979.

BRACHT, V. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí-RS: Unijuí, 2003.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, p. 87-101, 2003.

BRAGA, Marilita G. C.; SANTOS, Nilton B. dos. Megaeventos esportivos no Brasil: seremos espectadores ou participantes? In: RIO DE TRANSPORTES, 9., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. Disponível em: <http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=100&limit=20&order=date&dir=ASC&Itemid=64&lang=br>.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Segundo Tempo no Mais Educação*. [2009]. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/maiseducacao/apresentacao.jsp>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Diretrizes do Programa Segundo Tempo*. 2011. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/DiretrizesdoProgramaSegundoTempo.pdf>>.

³ Receio este também compartilhado por Mascarenhas (2012).

BRASIL. Ministério do Esporte. *Presidenta Dilma Rousseff e ministro Aldo Rebelo lançam Plano Brasil Medalhas 2016*. 13 set. 2012a. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=9370>>. Acesso em: 22 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Felipão aceita convite do Ministério do Esporte para trabalho de consultoria*. 25 set. 2012b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/ascom/noticiaDetalhe.jsp?idnoticia=9423>>. Acesso em: 6 out. 2012.

CAPARROZ, F. E. *A Educação Física na escola e a Educação Física da escola*. Campinas: Autores Associados, 2007.

DARIDO, Georges. *Transport and mega-events: how to get the most bang for the buck?* 3 June 2010. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/transport/transport-and-mega-events-how-to-get-the-most-bang-for-the-buck>>.

DARIDO, Suraya C.; OLIVEIRA, Amauri A. B.; Procedimentos metodológicos para o programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, Amauri A. B.; PERIM, Gianna L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009. p. 207-236. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/acompanhamento/fundamentosPedagogicos2009.pdf>>.

DEHÒ, M. Com investimento recorde, gasto por medalha brasileira aumenta 54% e bate R\$ 123,5 milhões. *UOL*, São Paulo 12 ago. 2012, 14h24. Disponível em: <<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/08/12/com-investimento-recorde-gasto-por-medalha-brasileira-aumenta-54-e-bate-r-1235-milhoes.htm>>. Acesso em: 29 set. 2012.

ESPORTE na escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.1-35 [encarte], 3 mar. 2002.

FILGUEIRA, J. C. M.; PERIM, G. L.; OLIVEIRA, A. A. B. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009. p. 7-16.

FOUCAULT, M. *O que é a crítica*. Roma: Donzelli Editore, 1999.

JÚNIOR, Janir. Do Chapadão, Adriano para Zinho, via SMS: "Irmão, segura essa pra mim" – novo sumiço do Imperador [...]. *Globo Esporte* [on-line], Rio de Janeiro, 3 out. 2012. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2012/10/do-chapadao-adriano-para-zinho-sms-irmao-segura-essa-pra-mim.html>>.

LUHMANN, N. *Systemtheorie*. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.

MASCARENHAS, F. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, jan./mar. 2012.

MEDIDA certa: com 118 kg, Ronaldo admite que fuma desde os 28 anos. 23 set. 2012. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/39medida-certa39-com-118-kg-ronaldo-admite-que-fuma-desde-os-28-anos,5998c4760c56a310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>.

SOUSA, Eustáquia S. et al. *Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo, do Ministério do Esporte*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/123456789/138>>.

STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (Org.). *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores Associados, 2009.

VAZ, Alexandre Fernandes. *A Educação Física e o esporte escolar*. Palestra proferida no II Seminário de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer no Brasil, realizado em Brasília nos dias 1 e 2 de março de 2012.

Valter Bracht, doutor pela Universidade de Oldenburg (Alemanha), é professor do Centro de Educação Física e Desportos, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde coordena o Laboratório de Estudos em Educação Física (Leseef).

bracht@cefd.ufes.br

Felipe Quintão de Almeida, doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é professor do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenador adjunto do Grupo de Trabalho Temático Epistemologia, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

fqalmeida@hotmail.com

Recebido em 22 de outubro de 2012.
Aprovado em 18 de fevereiro de 2013.